ATA DE REUNIÃO

4ª REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE SANTO ANDRÉ - 1º ENCONTRO AMPLIADO E IMERSIVO

Data: 26/ 02/ 2026 (quinta-feira) / **Horário:** 9h00 às 12h00

Local: Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas

Participantes:

Representantes:

- Anselmo Henrique dos Santos – Secretaria de Mobilidade Urbana;
- Edilene Vieira Fazza – Secretaria de Educação;
- Elaine Cristina da Silva Colin – Semasa;
- Eriane Justo Luiz Savóia – Semasa;
- Gustavo Vieira Toth – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego;
- Luiz Carlos Franco Silva – Secretaria de Saúde;
- Priscila de Oliveira – Departamento de Proteção e Defesa Civil;

Técnicos e Gestores Convidados:

- Alessandra Katrip – Semasa
- Alexandre Henrique da Silva dos Santos – SMMC-DPDC
- Andréa Martins – Semasa
- Bruno Brito dos Santos – Semasa
- Carla Freitas Affonso – DMAV
- Edna Junko Yokota – Secretaria de Desenvolvimento Urbano Habitação
- Giulia Lucheta – SMSU
- Glaucia de Carvalho Ribeiro Cardoso – Semasa
- Leandro Wada Simone – Semasa
- Lilian Chinez Moreno – Semasa
- Luiz Fernando Rezende – Assistência Social
- Marceia Vieira Maciel – Semasa
- Marcio Moreno – SMSU
- Mayra Carolyne de Moura Silva Arcanjo – SIO
- Nathalia Andrade dos Santos – SDUH – DEHAB – GDC
- Newton José Barros Gonçalves – Semasa
- Nilson Oliveira Bispo – Semasa
- Paloma Alvarez Alonso – Semasa

- Patricia Helena Moretti – SPD
- Paulo H. B. Oliviera – Semasa
- Robson da Silva Moreno – Semasa
- Rodrigo Romão – Semasa
- Simone Fernandes Valadares da Silva – Semasa
- Solange Dias de Araújo – Semasa
- Stella Marla Siste – Semasa
- Thayna Figueiredo Godoy – Pessoa com Deficiência
- Vanessa Cristina Santiago – Semasa
- Waldir Luiz da Silva – Semasa

Facilitação: Elaine Colin.

1. ABERTURA E FALA INICIAL

A reunião foi iniciada com a aprovação da ata da reunião anterior. Na sequência foi realizada a recapitulação das etapas de construção da Política Municipal sobre Mudança do Clima (PMMC). A apresentação inicial destacou o cronograma geral do processo, que compreendeu a Conferência de Meio Ambiente (2024), a Conferência das Cidades (2025) e a Consulta Pública Digital (2025-2026). Os trabalhos técnicos de 2026 e as futuras oficinas territoriais foram lembradas como fases cruciais que antecedem o encaminhamento da minuta ao Legislativo, com previsão de promulgação para meados de 2026.

2. STATUS DO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA E SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

Foi apresentado um panorama geral do processo de consulta e a sistematização das contribuições recebidas:

- **Números gerais:** foram recebidas 228 propostas durante as conferências (presenciais e online) e um total de 1.214 contribuições na consulta pública.
- Sistematização: as contribuições foram reavaliadas, agrupadas por assunto e organizadas em 32 eixos temáticos (com destaque para Arborização, Assistência Social, Resíduos Sólidos, Drenagem, entre outros).
- Classificação e análise: as propostas passaram por uma análise técnica baseada em critérios de legalidade (competência municipal), exequibilidade administrativa, sustentabilidade financeira e alinhamento com políticas nacionais e internacionais (PNMC e Acordo de Paris).
- Conteúdo das contribuições: a maioria dos participantes da consulta afirmou já perceber impactos das mudanças climáticas no município, como aumento do

calor, chuvas intensas e tempo mais imprevisível. Os principais problemas apontados foram enchentes, calor excessivo e falta de áreas verdes.

- Principais demandas da população: foram listadas como demandas recorrentes - a necessidade de um sistema de monitoramento contínuo e transparência de dados (MRV), capítulos robustos sobre arborização urbana e adaptação, a institucionalização da educação climática e a garantia de participação social por meio de uma estrutura de governança permanente.

3. DISCUSSÃO DA MINUTA PRELIMINAR DOS GRUPOS TEMÁTICOS

Após a apresentação do panorama geral, os membros foram organizados em grupos temáticos para aprofundamento das discussões sobre capítulos específicos da minuta. Cada grupo realizou a análise dos dispositivos sob sua responsabilidade, conforme detalhamento a seguir:

GRUPO 1 – MITIGAÇÃO

Componentes: Eriane, Rodrigo, Anselmo, Marcio, Marceia, Paulo Henrique, Glaucia, Mayra, Gustavo, Rodrigo Romão, Vanessa, Simone

O grupo realizou a análise das Seções I, II e III do capítulo de Mitigação, identificando pontos que demandavam complementações e ajustes na redação.

Na Seção I – Mobilidade Urbana, foram propostas alterações nos arts. 14, 15 e 17, com destaque para a substituição do termo "eletrificação" por "conversão da frota", visando ampliar o escopo tecnológico, e o ajuste no art. 15 para priorizar "pessoas em situação de alta vulnerabilidade" em vez de "territórios".

Na Seção II – Energia e Edificação Sustentável, o grupo reformulou o art. 20 para abranger setores industriais, institucionais e edificações públicas, além de edificações novas e reformas.

Na Seção III – Resíduos Sólidos, foi substituído o termo "focará" por "priorizará" no art. 21. O grupo também identificou a necessidade de reformulação mais aprofundada do §1º, apontando que o trecho se encontrava cru e demandava complementações para maior clareza normativa e alinhamento com os princípios da política.

GRUPO 2 – ADAPTAÇÃO

Componentes: Priscila, Alexandre, Robson, Nilson, Fernando, Carla, Giulia

O grupo de trabalho desenvolveu suas atividades de forma organizada, baseando-se em discussões técnicas estruturadas a partir das quais foram delineadas sugestões de padronização de nomenclaturas e pequenas complementações. A equipe atuou de maneira colaborativa, garantindo o cumprimento dos objetivos propostos e respeitando o prazo estimado. As discussões concentraram-se na análise dos dispositivos relacionados à resiliência urbana, infraestrutura crítica, drenagem e gestão de riscos, com foco na incorporação das contribuições da consulta pública relacionadas a enchentes, alagamentos e eventos climáticos extremos.

GRUPO 3 – JUSTIÇA CLIMÁTICA

Componentes: Luis Fernando, Luiz Carlos, Patricia, Nathalia, Thayna, Elaine

O grupo realizou pequenos ajustes na redação da minuta, com foco na revisão do escopo do Índice de Vulnerabilidade Climática Municipal. As principais deliberações foram:

- Inclusão de dados relativos a pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência nos critérios de vulnerabilidade;
- Inclusão de artigos referentes a indicadores vinculados à saúde;
- Discussão sobre a inserção da perspectiva de gênero nas diretrizes de justiça climática;
- Revisões temáticas pontuais nos capítulos de habitação e assistência social, alinhando-os às demais políticas setoriais.

GRUPO 4 – TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Componentes: Newton, Leandro, Bruno, Solange, Andrea

As principais contribuições do grupo foram:

- Sugestão de realocar os instrumentos financeiros para a parte final do texto legal;
- Menção ao PLAGESAN como parte dos Considerandos da lei;
- Necessidade de verificar como o Plano da Mata Atlântica e o instrumento de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) estão contemplados no Plano Diretor;

- Realização de inclusões pontuais e questionamentos sobre terminologias adotadas;
- Sugestão de criação do Banco de Áreas para Compensação Ambiental como instrumento da política.

GRUPO 5 – GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Componentes: Stella, Alessandra, Edilene, Waldir, Lilian, Edna

A discussão referente ao Capítulo V (Governança e Educação Ambiental) consistiu na leitura e análise dos artigos propostos (arts. 58 a 68). Pontos abordados:

- Nome da Secretaria responsável: avaliou-se a utilização de termos genéricos para designar a pasta responsável (ex.: "órgão municipal responsável pela gestão ambiental e mudança do clima"), com entendimento de que essa abordagem evita a necessidade de revisões legislativas futuras em caso de reforma administrativa ou alteração na nomenclatura da Secretaria.
- Fórum Climático Municipal: identificou-se a necessidade de verificar se a instituição do Fórum consta no Projeto de Lei. Quanto às competências do Fórum, avaliou-se a necessidade de complementação das informações relacionadas à atribuição de "propor estratégias".
- Conselhos municipais: verificou-se que alguns conselhos foram citados, porém outros não. Recomendou-se uniformizar o texto, optando-se por listar todos os conselhos ou adotar uma menção genérica que contemple todos os colegiados pertinentes.
- Emissões: grande parte do texto utiliza apenas o termo "emissões". A equipe entendeu que o mais adequado seria substituir por "Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)".
- Relatórios: notou-se a ausência de definição clara sobre as instâncias responsáveis pela emissão e consolidação dos relatórios previstos no projeto.
- Comitê Técnico-Científico Climático: constatou-se a necessidade de validar se a composição e as atribuições deste comitê estão devidamente detalhadas no corpo do projeto.
- Sistema Municipal de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV): questionou-se a alocação do Sistema MRV. Sugeriu-se reavaliar se este tema não seria melhor acomodado em outra seção do texto.

Devido ao tempo disponível, a análise dos itens finais foi suspensa, restando pendentes os artigos 69 a 75 (Governança) e os artigos 71 a 75 (Educação Ambiental), que serão retomados na próxima reunião.

4. ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Todos os presentes se comprometeram a registrar contribuições e comentários no documento compartilhado da minuta até o dia 04 de março de 2026.

Próxima Reunião: confirmada para o dia 05 de março de 2026, das 9h às 12h, dando continuidade às discussões técnicas por grupo temático, com ênfase nos pontos pendentes e na consolidação das propostas dos demais grupos.

Relatoria: Vanessa Santiago, FErnando Cruzeiro, Alessandra Katrip e Elaine Colin

26/02/2026

Registro fotográfico

